

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO DESTINADA INVESTIGAR DENÚNCIAS DE FRAUDES CONTRA A RECEITA FEDERAL DE BANCOS E GRANDES EMPRESAS, MEDIANTE SUPOSTOS PAGAMENTOS DE PROPINAS PARA MANIPULAR OS RESULTADOS DOS JULGAMENTOS REFERENTES À SONEGAÇÃO FISCAL PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS – CARF

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o Sr. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA ANDRADE para prestar depoimento.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA ANDRADE para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

Envolvido na Operação Zelotes pela compra de medidas provisórias durante o governo Lula, o grupo cujo presidente diz não ter conta bancária pagou 2,8 milhões de reais a uma empresa de Benedito Rodrigues de Oliveira.

Vale recordar que a CAOA fez pagamentos a BENÉ, o operador de FERNANDO PIMENTEL. Ademais, a CAOA também fez pagamentos suspeitos a ANTONIO PALOCCI, em 2010, quando ele era coordenador da campanha de DILMA ROUSSEFF, como segue: “Em 1º de julho de 2010, já no auge de suas atividades na campanha, Palocci fechou um contrato com a CAOA. No papel, o petista foi contratado para ajudar o empresário Carlos Alberto Oliveira Andrade na avaliação de oportunidades de negócios com a China e na ampliação de produção de veículos. Conforme

o próprio grupo CAOA admitiu, porém, as consultorias de Palocci não vingaram – nenhum acordo relevante foi fechado. Mesmo assim, o ex-ministro levou uma bolada. De julho a dezembro de 2010, ele recebeu da CAOA 4,5 milhões de reais”. As investigações apontam que dois escritórios foram contratados pelas montadoras CAOA e MCC para emplacar a MP 471: SGR CONSULTORIA EMPRESARIAL e MARCONDES & MAUTONI EMPREENDIMENTOS. Ambos são investigados por atuar para as montadoras no esquema de corrupção no CARF.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos pares para aprovação deste requerimento

Sala das Sessões, de março de 2016.

Deputado Alexandre Baldy

PTN-GO